

LIÇÃO 7: A DOUTRINA SOBRE A SALVAÇÃO (SUA ORIGEM E FUNDAMENTO)

TEXTO ÁUREO: “Porque a graça de Deus se há manifestado, trazendo salvação a todos os homens” (Tt 2.11).

LEITURA BÍBLICA: EFÉSIOS 1.3-11

INTRODUÇÃO

A palavra “salvação” nos lembra duas coisas: o estado calamitoso em que o homem natural se encontra – dominado pelo pecado e destinado à condenação eterna; e a boa vontade de Deus que, podendo castigá-lo segundo as suas más obras, preferiu suprir tudo o que era necessário para perdôá-lo e restaurá-lo a uma felicidade indizível e eterna. Após considerar a doutrina sobre o Salvador, começaremos a estudar nesta lição as riquezas da graça de Deus manifestadas através da própria obra da nossa salvação.

I – O PLANO DA SALVAÇÃO

1. Seu eterno propósito em Deus. A salvação não é apenas a resposta divina à Queda, como se pudesse ter sido desnecessária, caso o homem não tivesse pecado. A entrada do pecado no mundo faz parte de uma série de eventos pré-determinados por Deus na eternidade, de acordo com um sábio propósito, oculto por muito tempo em mistério, e que se revelou na *salvação dos homens em Cristo Jesus* (Rm 5.20-21; Ef 1.9-10; 1 Co 2.7). E, ao fazer isto, Deus não visava apenas o nosso próprio interesse na salvação, mas também *o louvor das Suas próprias perfeições* (Ef 1.6, 12; 2.7; Rm 3.25-26).

2. Predestinação e Eleição. De um modo particular, a palavra *predestinação* se aplica àqueles que Deus destinou de antemão (na *eternidade*) para cumprir neles todo o Seu propósito de salvação, incluindo o chamado do evangelho, a perseverança final e a glória eterna (Ef 1.4-5, 11; Rm 8.29-30; 1 Pe 1.2). São chamados nas Escrituras de *eleitos*, porque Deus os escolheu por Sua *soberana e exclusiva vontade*, sem consideração pelos seus méritos ou deméritos particulares; enquanto os demais são entregues aos seus próprios caminhos (2 Ts 2.13-14; 2 Tm 1.9). É verdade que o evangelho deve ser pregado a todos, mas não são todos os que se salvam – ou melhor, são *poucos* os que se salvam (Lc 13.22-28; Mt 22.14). A explicação disto não está na suposta capacidade e liberdade humana para escolher o bem e o mal (o *livre-arbítrio*), mas na eterna eleição de Deus (At 13.46-48; Ap 21.27).

II – O SACRIFÍCIO DE CRISTO

1. Sua Necessidade. Já estudamos que o pecado é uma violação da lei de Deus, uma ofensa contra a Sua santidade e justiça, e que atrai a Sua ira contra o ofensor. O pecado deve ser punido com a morte, pois é uma dívida infinita, que nenhum outro meio ou recurso humano pode saldar (Sl 49.8; Rm 6.23). Mas, desde o princípio, Deus tem manifestado a Sua graça e misericórdia, na disposição de aceitar que o ofensor faça *reparação* ou *expição* pelos pecados. E para isto Ele revelou que a vida de um inocente poderia ser oferecida em sacrifício, em lugar do pecador (Gn 4.4; Lv 17.11; Hb 9.22). O sacerdócio levítico encarregou-se, por muito tempo, de oferecer tais sacrifícios ao Senhor; mas as Escrituras nos informam que esse sistema era imperfeito, e precisava ser substituído por um melhor, em que Cristo fosse nosso sacerdote e, ao mesmo tempo, o *sacrifício perfeito* (Hb 7.26-28; 9.11-14; 10.1-4, 11-14). Por isso Ele é contemplado desde a eternidade, no conselho e propósito de Deus, como o *“Cordeiro que foi morto antes da fundação do mundo”* (1 Pe 1.18-20). E, como Filho obediente, submeteu-se sem reservas à vontade do Pai (Mt 26.39, 42; Hb 10.5-10; Jo 10.14-17).

2. Sua Natureza. Enquanto os sacrifícios no sistema levítico variavam de acordo com aspectos particulares que deviam ser atendidos na expiação (cf. Lv 7.37-38); o sacrifício perfeito de Cristo traz a *perfeição* ao Seu povo, suprimindo todas as suas necessidades de expiação. Isto quer dizer que o sangue de Cristo fez total reparação pelos nossos pecados, saldando completamente a nossa dívida para com a Lei,

e comprando-nos, ou resgatando-nos para Deus (Is 53.4-6, 10; Cl 2.13-14; 1 Co 6.20; Mt 20.28; Gl 3.13); ao mesmo tempo em que, com a justiça de Deus plenamente satisfeita, Ele alcançou para nós o perdão, propiciando a Deus e possibilitando a aproximação entre nós e Ele em reconciliação e paz (Rm 3.25; 5.10; 2 Co 5.18-19; 1 Jo 2.4; 4.10; Ef 2.13-16).

3. Sua Eficácia. Ao contrário dos sacrifícios oferecidos sob a Lei, que precisavam ser repetidos diariamente, o sacrifício de Cristo foi oferecido somente *uma vez* (Hb 9.24-26; 10.12-14), trazendo *abundância* de graça, perdão e vida, muito além do que toda a morte e condenação que todos os pecados do mundo haviam acumulado (Rm 5.15-20). Por isso Jesus é propriamente o Salvador do mundo, o “Cordeiro de Deus, que tira o pecado do mundo” (Jo 1.29; 1 Tm 2.6), pois somente n’Ele há total e suficiente expiação para o homem. Mas, por outro lado, a abundância da graça, justiça e vida que Ele conquistou com a Sua morte não é para todos, mas apenas para aqueles que o Pai Lhe confiou na eternidade, e que veem a Ele pela fé (Jo 3.16; 6.37-40, 51; Hb 5.9).

III – O PACTO DA SALVAÇÃO

1. Suas Dispensações. Ao longo das Escrituras, notamos que o tratar de Deus com os homens se dá por meio de *pactos*, ou *concertos*, onde Deus se compromete a conceder o Seu favor e bênção mediante termos que Ele mesmo estabelece. Assim vemos Deus fazendo concerto com seus servos Noé (Gn 9.8-11), Abraão (Gn 17.2-8), Davi (Sl 89.1-4), Finéias (Nm 25.10-13); ou antes tais homens foram tomados como *mediadores* do concerto entre Deus e seus descendentes. Mas o caráter pactual da salvação pode ser mais bem percebido nos termos do chamado *antigo e novo concerto*, firmado, respectivamente, com Israel por intermédio de Moisés, e com os eleitos, por meio de Cristo Jesus. Ambos, na verdade, são *dispensações* de um só e mesmo concerto de salvação, e revelam diferentes aspectos, em tempos e sob termos diferentes, do eterno propósito de Deus de dar a vida eterna aos homens.

2. Seu Mediador. Se as alianças firmadas no passado tiveram por mediadores homens que alcançaram testemunho de que agradaram a Deus, por outro lado, não puderam assegurar que os seus descendentes ou o povo por eles representado cumprissem a sua parte no pacto. Contudo, Cristo não apenas é o Mediador perfeito entre Deus e os homens, mas também o *Fiador* que assegura, em Si mesmo, como representante do Seu povo, o cumprimento de todos os termos de justiça requeridos por Deus. De tal forma que Ele também é chamado de *Testador*, pois com o Seu sangue fez da vida eterna uma herança segura e firme para os Seus (Hb 7.20-25; 12.22-25).

3. Seus Termos. A parte que cabe ao homem, no pacto da salvação, é a obediência perfeita aos mandamentos de Deus – a menor desobediência é contada como violação de todo o pacto, implicando no castigo e na necessidade de *reconciliação* (Gl 3.10-12; Tg 2.10-11). Contudo, a transgressão era inevitável, e a entrega da Lei serviu apenas de ocasião para fazer abundar o pecado (Rm 3.19-20). Pelo que a salvação *já* foi por meio de obras, por uma obediência impossível à fraqueza da nossa carne; em todo o tempo, Deus tratou com aqueles que foram chamados para participar do Seu concerto, seja do antigo ou do novo, mediante a Sua graça, que opera apenas pelo perdão daquele que crê (Rm 4.1-8; Gl 3.17-22).

CONCLUSÃO

A salvação dos homens é uma obra preciosa e querida por Deus, tão importante que Ele empregou Seu próprio Filho Amado para realizá-la tal como foi concebida na eternidade. Que possamos reconhecer a imensa graça que nos foi dada, em ser chamados a participar de uma aliança onde o próprio Deus assegura que nossa parte seja cumprida e assim Ele possa nos abençoar com todas as bênçãos espirituais, em Cristo Jesus.